

A memória modernista do tempo do Rei: narrativas das guerras napoleônicas e do Grão-Pará nos tempos do Brasil-Reino (1808-1831)

Aldrin Moura de Figueiredo

Doutor em História pela Unicamp, Professor da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

1. MODERNISMO, ANTROPOFAGIA E HISTÓRIA DO BRASIL

“Contra Goethe, a mãe dos Gracos, e a Corte de D. João VI”. (...).

“A nossa independência ainda não foi proclamada. Frase típica de D. João VI: – Meu filho, põe essa coroa na tua cabeça, antes que algum aventureiro o faça! Expulsamos a dinastia. É preciso expulsar o espírito bragantino, as ordenações e o rapé de Maria da Fonte”.

Oswald de Andrade, *Manifesto Antropófago*.

“Então, pela primeira vez, a 22 de novembro de 1821, a reação nativista pronunciou-se em frente ao próprio rei, dentro de palácio; em plena audiência, Patroni, enérgica e francamente, reclamou de D. João VI a atenção e as providências do governo para as coisas públicas do Pará”.

Theodoro Braga, *História do Pará*.

Em 1922, por ocasião da comemoração do centenário da Independência do Brasil, os intelectuais do país agitaram-se em disputas sobre os diferentes sentidos dessa efeméride pátria e, mais ainda, sobre os significados da solenidade. A Semana de Arte Moderna, em São Paulo, acontecida naquele ano, impôs-se como totem nacional do modernismo, como evento revolucionário, heróico e negador da tradição que a festa da Independência sugeria. Estavam ali em jogo várias sensações e juízos que valorizavam uma nova interpretação do passado brasileiro, dando forma a um antipurismo de nossa formação racial, a um antiacademicismo das interpretações artísticas, ao préstimo da linguagem popular e coloquial, e a um certo nacionalismo crítico da identidade cultural brasileira. Em meio às muitas vertentes desse movimento, a antropofagia surgiu como quadrante inovador na seara das artes, com forte preocupação com a pesquisa da “cultura primitiva”¹ nacional. Suas teorias estéticas e literárias estão contidas basicamente nos manifestos *Pau-Brasil*, de 1924, e *Antropófago*, de 1928.

Nesse ano, o manifesto antropófago fora lido em sessão para amigos na casa de Mário de Andrade. Lá se ouviu a rebelde cantilena de queixas modernistas contra o passado de colonialismo brasileiro. Entre os culpados citados estava o principal enlace histórico da nacionalidade brasileira com a tradição portuguesa, na emblemática vinda da Corte portuguesa para o Brasil em 1808. D. João VI estava acompanhado por nada menos que Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), símbolo da literatura alemã e do romantismo europeu da virada do século XVIII para o século XIX², e por Cornelia Scipionis Africana (c. 190 a.C.-100 a.C.), “mãe dos Gracos”, matrona romana e símbolo de virtuosismo e seriedade, criando em torno de si uma imagem de mulher legendária³. Por tudo isso, mobilizar a imagem do rei português, do escritor germânico e da senhora romana

1 O modernismo antropofágico celebra o primitivismo como busca das nossas origens indígenas e extra-europeias. Na ideia de uma civilização autóctone e também no folclore, nos aspectos míticos e lendários da cultura popular, quer se descobrir a essência do Brasil. É uma espécie de retorno às fontes primeiras de uma civilização original. Para ali encontrar algo que o colonialismo português não conseguira esmagar: a ausência de repressões morais e sexuais, e a alegria de viver, sobretudo entre os índios. Esta pesquisa de uma subjacente alma nacional só poderia ser realizada, no entanto, com o instrumental artístico da modernidade. Cf. SERRA, 2006.

2 Para uma leitura acurada dos usos da imagem de Goethe na cultura literária ocidental no limiar do século XX, ver BALDENSPERGER, 1904; HAUHART, 1909; ROBERTSON, 1912. Mais recentemente, apareceram leituras importantes sobre a recepção da obra de Goethe nos Estados Unidos do século XIX, como em GREFE, 1988.

3 Cornélia era filha de Scipio Africanus, o herói da segunda guerra púnica e de Aemilia Paulla. Quando jovem, casou com Tiberius Sempronius Gracchus, político respeitado e bem mais velho que ela. O casamento resultou em doze filhos, o que era bastante incomum para uma família romana de classe alta. Destes, apenas três sobreviveram até à idade adulta: Sempronia, que casou com o primo Scipio Aemilianus e os irmãos Tiberius e Gaius Gracchus, que ficariam conhecidos pelas suas iniciativas de reforma e destino trágico, daí a citação de Oswald de Andrade. Após a morte do marido em 154 a.C., Cornélia recusou todas as propostas de casamento e escolheu permanecer viúva para educar os filhos. Um dos seus pretendentes foi supostamente Ptolomeu VIII do Egito. Cornélia apoiou as iniciativas políticas dos filhos, que iam contra os ideais da sua classe. Após a morte violenta de ambos às mãos do Senado romano, Cornélia retirou-se de Roma e foi viver em uma *villa*, em Misenum. Cornélia continuou, contudo, a receber visitas ilustres e, quando morreu, em idade avançada, Roma votou a atribuição de uma estátua em sua honra, a primeira concedida a uma mulher não mitológica. No século XVIII, intelectuais europeus e norte-americanos reviveram politicamente o exemplo legendário dessa história na literatura e nas artes visuais. Ver a respeito: KOORTBOJIAN, 2005, pp. 285-306; WINTERER,

representava a negação do cordão umbilical que ligava a cultura letrada brasileira do século XIX com o passado europeu. A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, ocorrida no contexto das guerras napoleônicas na Europa, já havia sido apontada pela historiografia romântica como marco de fundação da história do Brasil, com a unidade de uma nova nação⁴. Isto era mais que emblema para a rejeição modernista em relação aos cânones da historiografia brasileira que, em grande medida, estava de comum acordo com a historiografia literária romântica do século XIX (Nunes, 1998, pp. 205-246⁵).

4 O principal nome dessa historiografia foi Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), misto de militar, diplomata e historiador. Suas obras mais importantes foram: *História geral do Brasil* (1854-1857), *História das lutas contra os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (1871), *A questão da capital: marítima ou no interior?* (1877), *História da Independência do Brasil* (1916, póstuma). Para uma visão contextual de sua obra, ver IGLÉSIAS, 2000.

5 Vide também do mesmo autor sobre a leitura antropofágica da cultura brasileira: NUNES, 1979.

A perspectiva antropofágica não reinava sozinha na capital paulista dos fins dos anos de 1920. Em 1930, a editora *Companhia Melhoramentos de São Paulo*, de propriedade dos irmãos Otto e Alfred Weisflog, projetou uma coleção destinada a compor modernos resumos didáticos da história do Brasil. A idéia era observar o ponto de vista dos estados brasileiros, incluindo aí versões literárias que recuperassem o sentido da formação da identidade nacional. O principal consultor da coleção era Afonso d’Escragnolle Taunay (1876-1958), reconhecido historiador, biógrafo, ensaísta e professor, que então ocupava a direção do Museu Paulista. Entre os convidados para compor as monografias regionais estavam Craveiro da Costa, Pedro Calmon, Max Fleiux, Clodomiro Vasconcelos, Lúcio J. dos Santos, Rocha Pombo, Henrique Boiteux, Assis Cintra, Mário Sette, E. Marcondes. Importante destacar que as obras de caráter mais geral a respeito da história do Brasil, da Europa e da América estavam, respectivamente, a cargo de José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933), Manuel de Oliveira Lima (1865-1928) e Fidelino de Figueiredo (1889-1967). Para escrever o livro sobre a história do Pará, foi convidado o pintor e historiador paraense Theodoro Braga (1872-1953), que desde 1921 vivia em São Paulo e pertencia ao círculo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Academia de Belas Artes local. Na apresentação do livro, o autor enfatizava suas dificuldades para resumir o conjunto dos “fatos históricos, cheios de elevado patriotismo e em que são exaltados merecidamente os feitos dos nossos antepassados”, esclarecendo a seguir que sua labuta, no entanto, servia para fixar nos leitores uma visão clara da “nossa nacionalidade” (Braga, 1931, p.2). O tema da identidade nacional era também caro a essa outra corrente do modernismo brasileiro, vinculada especialmente aos cânones historiográficos da *intelligentzia* regional brasileira, cujos nomes contratados para escrever a coleção *Historia de Cada Estado da Federação Brasileira*, da editora Melhoramentos, representavam fielmente. Seria necessário, no entanto, realizar uma digressão na forma-

ção de Theodoro Braga para entender essa outra percepção de “modernismo”, contrastante com a rebeldia estética e política que caracterizaria o grupo antropofágico paulista.

2. THEODORO BRAGA E A MODERNA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA

Uma década antes de Theodoro Braga migrar para São Paulo, ganhava eco a tão propalada queda dos preços da borracha no mercado internacional e sua terra natal sofria com os problemas nos investimentos governamentais. Mesmo assim, paradoxalmente, houve em Belém um grande investimento no campo das letras e das artes, que na época se chamou de movimento de “renovação”. Os objetivos mais explícitos já estavam ensaiados nas ações de alguns letrados por volta da década de 1910, como o próprio Theodoro Braga, que já havia realizado um enorme esforço de interpretação da nacionalidade brasileira, angulada pelas artes visuais (Figueiredo, 2004, pp.31-87). O que estava em jogo para essa geração de pintores e literatos era o interesse em tentar definir o papel e a importância da Amazônia na história do Brasil. O desvio do traço europeu e a ambigüidade nas cores e formas sugeriam novos significados às diferenças do Velho Mundo. Durante esse período, as pesquisas históricas realizadas pelos literatos ficaram mais evidentes com a escolha de “datas históricas” para a veiculação pública de suas pretensões políticas. A história, mais do que qualquer outro tema, passou a ser o ponto de convergência das preocupações e dos diálogos de então. Nesse aspecto, Theodoro Braga teve, mais uma vez, forte projeção sobre o roteiro das comemorações e das publicações que ocorreram a partir de 1915. Até aí nenhuma novidade. O surpreendente nessa história foi como se deu o processo de gestação dessa nova leitura da história nacional, sob a espreita amazônica. De fato, esses intelectuais estavam construindo, a partir de suas memórias individuais, aquilo que eles acreditavam representar a história para a nação como um todo. Se a experiência pessoal era coisa privada, o passado nacional era bem comum e patrimônio de todos. Isto significa dizer que se a pintura de uma tela ou escrita de um livro resulta, à primeira vista, de uma faina particular, a guarda do passado nacional, expresso nos documentos antigos, passou cada vez mais a ser depositada em arquivos públicos, sob a custódia de historiadores de ofício. Temas históricos, como o da Independência do Brasil no Pará, ou dos movimentos nativistas do chamado período regencial, passaram a ser revistos, sob olhar de uma nova interpretação com forte cunho nacionalista. Diferentemente da sátira antropofágica de Oswald de Andrade dos anos de 1920, esses intelectuais propunham uma leitura comportada, com uma seriedade laudatória, de certo modo, dos heróis nacionais.

Era comum afirmar a responsabilidade dos historiadores em acender na alma do povo o interesse em lembrar do passado e, ao mesmo tempo, impedir que o riscado dos velhos dias desaparecesse sem que os fatos chegassem ao presente e fossem transmitidos de geração em geração. Não era sem sentido a angústia de Theodoro Braga em guardar vestígios, recuperar papéis velhos e procurar pegadas que indicassem os caminhos mais seguros de descoberta da verdadeira história, tal qual havia acontecido. Mas – é necessário que se diga – nem tudo devia ou merecia ser lembrado. Mal comparando, vale dizer que, se um homem comete erros que prefere esquecer, também uma nação deve ocultar seus dias sombrios. O trabalho do literato-historiador crescia justamente nesse paradoxo entre a obrigação da verdade e a fidelidade à memória da pátria. Nas polêmicas divulgadas na imprensa paraense das primeiras décadas do século XX, sempre aparecia o receio de aviltar e ferir a honra do país. Os exemplos são inúmeros. Em 1916, era diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará um velho amigo de Theodoro Braga e freqüente comprador de suas telas históricas, o Dr. Paes Barreto. Esse sujeito, empolgado com as pesquisas do amigo, vinha, desde 1908, publicando, nos jornais diários, uma série de artigos sobre história, nos quais essa perspectiva esteve expressa de modo eloqüente. Se por um lado creditava à escravidão negra a culpa por muitas das inúmeras mazelas do país e da Amazônia (Barreto, 1908, p.2), por outro afirmava que a evolução da “história brasileira” confirmava o preceito científico da superioridade racial dos brancos. Para esse autor, os colonizadores brancos dominariam, “natural e gradualmente”, negros e índios, a ponto de simplesmente desaparecerem “todos os seus vestígios característicos étnicos de inferioridade e formar com a superior um novo corpo harmônico e coeso, homogêneo, de igual força e igual inteligência” – era como se fosse uma “transfusão de sangue” em meio à história (Barreto, 1909, p.2).

O esquecimento dos tempos do cativo e a diluição do colorido racial na Amazônia revelavam mais facetas e ambigüidades do que a ciência positiva pretendia sobre a verdade histórica. Para esses intelectuais paraenses, a realidade se construía por uma série de dados claros e distintos, que se encaixavam por uma ordem cronológica como uma sucessão de causas e efeitos. Cabia ao historiador a formatação e o ordenamento dos acontecimentos pretéritos. Uma das empreitadas mais importantes era, acreditavam esses intelectuais, a de organizar e facilitar a leitura da história. Mas essa tarefa não se dava de maneira muito simples e tranqüila. Os relatos e interpretações postos à prova do leitor – num amplo quadrante de consumidores de todos os tipos – eram sujeitos a uma filtragem prévia que, no enleio do passado, pudesse conservar os elementos dignos de serem levados ao conhecimento dos interessados, e dos estudantes em especial. As teses escolares de Theodoro Braga, lançadas em 1915, são o melhor exemplo disso (Braga, 1915). Não era sem razão que os professores sugeriam a seus jovens alunos a leitura de

romances históricos – habilíssimos sedutores de gerações. Nas listagens das bibliotecas escolares de Belém, e em algumas do interior do estado, o romantismo renovava essa forma de curiosidade, no testemunho das imagens ficcionais de variadas origens, em que o inglês sir Walter Scott (1771-1832), o francês Alexandre Dumas (1802-1870), o português Alexandre Herculano (1810-1877), e o brasileiro José de Alencar (1829-1877), via de regra apareciam entre os mais citados, desde fins do século XIX⁶.

⁶ *Lyceu Paraense: relatório*. Belém: Typ. de Alfredo Silva, 1895; *A Escola: revista oficial de ensino*. V.1, n.2, Belém, 1900; v.2, n.16, Belém, 1901; v.5, n.53, Belém, 1904; *Revista do Ensino*. V.1, n.2, Belém, 1911.

Era importante desenvolver e definir as vinhetas da história por meio de um pequeno manual de escola primária. Lá estariam as primeiras e as mais remotas balizas que norteariam a vida do futuro cidadão, em diálogo com os cenários imaginados pelos romances. Para um historiador emerso da pintura, como era o caso de Theodoro Braga, não havia grande incompatibilidade entre a história escrita para as crianças e os interesses dos adultos e eruditos. Essa perspectiva do pintor paraense, fundamental nas matrizes do modernismo, possui uma longa história, forjada desde os tempos de seu aprendizado nos ateliês parisienses. A digressão pelos tempos em que Theodoro Braga viveu em Paris, entre 1900 e 1905, se faz necessária. Foi por intermédio de seu mestre na pintura histórica, Jean-Paul Laurens (1838-1921), que Theodoro Braga teve a chance de conhecer Ernest Lavissee (1842-1922), um dos principais personagens dos estudos históricos na França no fim do século XIX e início do século XX. E exatamente aqui está o principal aprendizado sobre como divulgar a história à massa do povo. A questão exige algumas explicações. Lavissee pertenceu, na década de 1890, à mesma geração de letrados franceses que tomou consciência do atraso das ciências humanas na França em relação à chamada escola histórica alemã. Já havia sido colaborador de Victor Duruy (1811-1894), outro historiador, ministro e conselheiro de Napoleão III, participando em seu gabinete da criação de uma Escola de Altos Estudos, com o anseio de instituir em Paris um centro de investigações, especializado em filologia e crítica de arte e literatura (Horvath-Peterson, 1984). Foi o próprio Theodoro Braga quem lembrou, em suas anotações, que o jovem Lavissee muito contribuiu, ainda na década de 1860, para a educação do príncipe, filho do imperador (IHGSP, CTB, Anotações: “Referências – Ernest Lavissee”, pacote 13, maço 4). A tragédia da guerra Franco-Prussiana, em 1870, o privou de seu aluno e levou-o a aproximar-se dos inimigos. É que a vitória da Prússia foi interpretada também como o sucesso da pedagogia que havia moldado o sentimento nacional dos soldados germânicos (Lavissee, 1890. Cf. Gershman, 1978, e Glénisson, 1993, pp.486-888).

A partir de sua própria experiência, Lavissee começou um diálogo, ainda que surdo, com os historiadores alemães, consagrando inúmeros trabalhos à histó-

ria da Prússia e suas conotações no pós-1871 (ver, especialmente, Lavissee, 1875; idem, 1888-a; idem, 1888-b; idem, 1890; idem, 1891; idem, 1893; idem, 1896). O resultado disso lhe valeu o ingresso na Sorbonne, em 1880, para ensinar história moderna e, ao mesmo tempo, participar de um grande projeto de renovação do ensino escolar e universitário, levado a cabo por Jules Ferry (1832-1893) e seus colaboradores, como parte da reestruturação nacional que definiu o limiar da Terceira República (Ozouf, 2005; Darcos, 2005; Froeschlé, 2007). As idéias de Ferry e Lavissee foram fundamentais – agora posso afirmar – para a elaboração das cartilhas de história, manuais escolares, corografias e resumos didáticos escritos por Theodoro Braga nas décadas de 1910 e 1920, e não é difícil entender o significado disso (Braga, 1915; idem, 1916; idem, 1919; idem, 1920, pp.293-298; idem, 1931)⁷. Os franceses queriam, a todo custo, substituir a velha França impregnada pelas persistências do Antigo Regime, reacionário e católico, por um país leigo e democrático. O historiador paraense fez algo análogo quando tratou do antigo regime português, especialmente do reinado de D. João IV (1604-1656), o restaurador do trono português, em 1640; do período pombalino com o reinado de D. José I (1714-1777) e seu ministro Sebastião de Carvalho e Melo (1699-1782), o marquês de Pombal, assim como do tempo do Brasil-Reino, sob o governo de D. João VI (1767-1826). Para Theodoro Braga, a história colonial brasileira seria uma síntese do imperialismo europeu na América e da busca de afirmação da identidade do povo brasileiro em sua busca por liberdade, conquistada de fato somente com o fim da monarquia, em 1889. Tanto lá como cá, era a hora e a vez da arte e da história republicana. As aproximações, no entanto, vão muito além. Os elogios de Theodoro Braga ao francês também sugerem uma inspiração de natureza profissional. É que Lavissee militou praticamente a vida inteira entre a história, o ensino e a ação cívica, atuando, de fato, em duas carreiras paralelas. Por um lado, foi diretor de escola, forjando um novo preceito para a divulgação científica. Como parte disto, publicou uma obra monumental sobre a história universal e da França⁸. Essas coleções, executadas com a colaboração de renomados intelectuais – é bom que se diga – foram, por muito tempo, aceitas com um laque de autoridade incontestada.

Não obstante o trabalho de investigação histórica, Lavissee também foi, por outro lado, uma figura de proa nos tempos da República, responsável mesmo pelos destinos de amplos projetos educacionais e culturais na França. Depois de 1904, ocupou a direção da famosa Escola Normal Superior, centro de formação dos futuros professores dos liceus e universidades, permanecendo no cargo por 14 anos ininterruptos. O importante aqui é enfatizar que não se tratava apenas de responsabilidades administrativas, mas, antes de tudo, de um

⁷ Para uma análise da construção dos heróis pátrios para essa geração intelectual, ver FIGUEIREDO, 2006, pp.545-570.

⁸ LAVISSEE & RAMBAUD, 1893-1905; e, especialmente, LAVISSEE, 1900-1911, esta escrita com a colaboração de muitos especialistas da estirpe de um Bayet, Bloch, Carré ou Coville. Sobre o contexto e o significado dessa obra, ver o excelente artigo de PATRIAM, 1997, v.1, pp.851-902.

posto de confiança cujo titular devia agir como mentor na formação da elite do ensino, exatamente no momento em que as querelas políticas entre conservadores e republicanos radicais ganhavam ênfase na agenda francesa (Nora, 1962, pp.73-104) – e aqui está mais uma inspiração de Theodoro Braga. A razão disso é que, nesse momento, Lavissee decide começar pela base de tudo. Acreditava o historiador que os níveis secundário e superior eram menos decisivos na formação da consciência nacional do que o ensino primário, nas escolas leigas e obrigatórias, cuja rede havia sido estabelecida no país inteiro por Jules Ferry, num incessante combate contra as escolas confessionais (Chevallier, 1981)⁹. Lavissee entrou convicto nessa briga, redigindo pequenos manuais de história da França que, contados às crianças, vendidos ou distribuídos em milhões de exemplares durante dezenas de anos, tornar-se-iam o mais legítimo breviário histórico da consciência francesa republicana¹⁰. Nessas cartilhas, textos e imagens imiscuíam-se numa pregação patriótica e ufanista, na forma de assertivas simples, que, repetidas, marcariam para sempre a lembrança dos espíritos ainda ingênuos (Lavissee, 1895) – já que, de outro modo, não teriam o mais remoto meio de acesso a outra versão da história.

⁹ Para uma análise da historiografia contemporânea a respeito desse movimento, ver MCMILLAN, 1982, pp.1021-1027, e BERGEN, 1986, pp.271-285.

¹⁰ LAVISSEE, 1890; idem, 1902, este para o uso do curso médio, indicado para crianças entre nove e 11 anos; e idem, 1914, com a publicação do manual completo para o ensino básico elementar.

Os resumos didáticos, na forma desses pequenos manuais, expunham os elementos considerados indispensáveis para desenvolver o sentimento histórico nas crianças e jovens. O historiador Georges Gursdorf, que percebeu a importância de Lavissee para as memórias e esquecimentos dos franceses sobre a Revolução de 1789, afirma que os exemplos mostrados nos livros eram como que “senhas com que se reconheciam os membros da comunidade francesa – *De viris illustribus* para o uso das crianças das escolas, o evangelho legendário” (Gursdorf, 1993, p.12). Os exemplos eram inúmeros: os antepassados gauleses; o Grande Ferré destruindo os rivais ingleses, durante a Guerra dos Cem Anos; as heroínas Jeanne Hachette e Joana D’Arc; a bondade do rei Henrique IV e sua galinha cozida; os reis maus e os bons; Luís XIV como símbolo de uma corte perdulária; o sinistro Luís XV e, finalizando, a libertação revolucionária, que pôs fim às trevas do absolutismo, trazendo a alvorada da democracia republicana. Essa não é uma lista completa, mas é o quanto basta para os argumentos deste artigo. Nos manuais de Lavissee, o que era mostrado importava tanto quanto o omitido. Num eficiente jogo político, a exibição de valores pátrios e republicanos encobria e refreava os valores tradicionais e qualquer forma de espiritualidade de cunho religioso. Nos manuais da Terceira República, as origens da França eram evocadas pela resistência corajosa de Vercingétorix – que sucumbiu diante das trapaças do invasor Júlio César¹¹. Desde lá, o poder infame dos reis impunha-se, quase

sempre, contra o povo. Este só seria recompensado com a Revolução, nas máximas da liberdade, igualdade e fraternidade – epicentros ideológicos dos pontos escolares de Lavissee. Fazia parte do ponto escolar a lembrança de que “os maus perderam o combate que há muitos séculos travavam contra os bons” (Gursdorf, op.cit., p.13) – não havia preceito melhor. Tomando o modelo francês, Theodoro Braga mostra, por exemplo, como os tempos de Pombal foram especialmente duros para os moradores do Grão-Pará:

“Continuava a transformação completa dos usos e costumes até então em voga na capitania; era passada a época em que os colonos depunham seus governadores, replicando ousadamente aos arbitrios da metrópole; mudaram-se as coisas; começaram agora eles a aprender a dobrarem a cerviz e Mendonça Furtado não era homem que lhes permitisse a erguerem-na de novo” (Braga, 1931, p.97).

Ao lado da crítica à tirania da Coroa, vinha uma outra dedicada às “ganâncias” de um “comércio ilícito” perpetrado pelos jesuítas, contra os quais abundavam “sucessivas representações”, reiteradamente “abafadas nas Secretarias de Estado” (ibid., p.96). Eis a vilania portuguesa exposta em lição escolar. Mas é praticamente impossível, apesar das inúmeras pesquisas, avaliar o tamanho da influência que esses pequenos manuais exerceram, durante várias décadas, na formação da consciência nacional num país como a França. O problema é ainda mais grave em se tratando da circulação desse tipo de publicação nos liceus e ginásios da Amazônia, na primeira metade do século XX. Eidorfe Moreira (1912-1989), pioneiro nesse tipo de investigação, sugeriu que nessa literatura histórica e didática subjazia, como principal formulação científica, a projeção de uma sociedade civilizada, calcada na idéia de progresso e na evolução cultural (Moreira, 1977, pp.79-84; idem, 1989, v.6, pp.5-147). Porém, se essa produção historiográfica se forjou num diálogo constante com a França, reconstruindo e manipulando o mito da *belle époque*, a partir da velha noção das “sociedades históricas” como critério de circunscrição de seu campo de saber¹², houve, ainda nas primeiras décadas do século XX, uma sensível mudança no eixo das interpretações desses intelectuais. Não é difícil explicar esse postulado. Na Amazônia, os historiadores tiveram que conviver com um espectro ambíguo da região: de um lado a imagem sólida e ancestral da “terra de índio” e, do outro, as de Belém e Manaus como “centros de civilização”. Por isso mesmo, os primeiros livros didáticos de história utilizados

¹¹Vercingétorix (72 a.C. - 46 a.C.) foi o chefe gaulês do povo dos Arvernos que liderou a grande revolta gaulesa contra os romanos em 53-52 a.C. Seu nome em gaulês significa *ver* (acima de, supremo ou grande) ; *cingéto* (guerreiro) e *rix* (o rei ou o chefe). Considerando que o *ver* se aplica a rei ou aos guerreiros, tem-se “o chefe supremo dos guerreiros”, ou “o chefe dos grandes guerreiros”. Teria sido a inspiração para a criação de Astérix, personagem francês de história em quadrinhos e desenho animado. Cf. SIMON, 1989; idem, 1996.

¹²Para uma crítica dessa concepção sobre as sociedades primitivas, “sem história” ou “pré-históricas”, vide SAHLINS, 1987.

nas escolas primárias – aqueles mesmos lidos por Theodoro Braga em sua formação escolar –, publicados a partir da década de 1860, estavam repletos dessas construções. A virada ocorreu justamente com a iniciativa dessa geração de Theodoro Braga, no início do século XX. As diferenças de leitura entre os historiadores sobressaíam especialmente quando o assunto era o papel do índio e do mestiço na história das sociedades amazônicas. Se anteriormente a imagem do indígena era a de um ser distante da realidade, preso no passado, figura de uma época pré-colombiana, nas décadas seguintes os autores *incluiram* o indígena como objeto de investigação histórica (ou pré-histórica) para, a seguir, descartar a possibilidade da inserção deste como expressão da história da *civilização*¹³.

13 Importante refletir que além da questão indígena, o problema da presença negra na Amazônia e o tópico da mestiçagem mobilizaram parte importante da intelectualidade da região, incluindo aí nomes de forte prestígio nacional, como José Veríssimo (1857-1916) e Nina Rodrigues (1862-1906). Cf. FIGUEIREDO, 2007, pp.131-145.

14 Da qual consultei a 20ª edição, publicada em Paris, pelos editores Louis Jablonski e Charles Vogt, em 1898.

Ao lado da inspiração em Ernest Lavisse, Theodoro releu avidamente três autores paraenses do século XIX, com o evidente interesse de refazer o percurso de suas obras, sob uma outra leitura. O primeiro deles foi Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, cujo manual, *Noções de Geographia e Historia do Brazil*, publicado originalmente em Belém, em 1863, foi lido no programa de estudos do Liceu Paraense, no início da década de 1880, pelo adolescente Theodoro Braga (Moreira, 1977, p.81). O Dr. Freitas foi, por isso mesmo, apontado pela maioria dos autores como a principal figura do ensino no Pará na fase imperial. Sua trajetória profissional, por mais incrível que possa parecer, teve vários elos de aproximação com a de Lavisse e a do futuro Theodoro Braga, como professor e inspetor escolar (visitador de escolas) que foi, além, é claro, de ter ocupado o cobiçado posto de diretor da Instrução Pública da Província. Mas isso não foi o bastante. O próprio Theodoro Braga lembrou que a atuação de Joaquim Freitas como deputado na Assembléia Legislativa Provincial, na qual teve assento por várias legislaturas, foi determinante nos debates sobre o ensino e o interesse pela história da Amazônia. Dessa experiência com a discussão parlamentar e de professor surgiu a sua obra mais importante – uma série, intitulada *Ensaio de leitura para uso nas escolas da Amazônia*, em três volumes, de acordo com o curso primário da época¹⁴, versando com grande ênfase sobre temas históricos, e outros assuntos gerais voltados para a geografia, literatura e poesia da terra.

Diferentemente do velho Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, os outros dois autores relidos por Theodoro Braga foram seus contemporâneos e, de certo modo, partilharam alguns interesses de geração: um foi Theodoro Rodrigues, que, apesar de ter tido maior projeção como poeta, alcançou boa repercussão com a sua *História do Brasil*, publicada em Belém, em 1898, cujo

texto, segundo Theodoro Braga, teve a “primazia de angular a história do país, entrelaçando-a à história da Amazônia” (IHGSP, CTB, Anotações: “Instrução Publica – livros didáticos”, caixa 9, pacote 35). O outro autor, Arthur Vianna, já nos é sobejamente conhecido, desde a acalorada polêmica sobre o tipo de construção utilizada pelos portugueses no forte de Belém, tal qual foi descrito na tela histórica de 1908. Sua obra didática mais discutida foi *Pontos de História do Pará*, publicada também em 1898¹⁵. Sendo assim, com essas fontes de debate, o trabalho de Theodoro Braga, e de alguns de seus interlocutores, passou a construir uma outra interpretação da história da Amazônia e a incorporar uma outra versão do índio, como representação do nativo, em suas análises sobre a formação social e sobre o caráter do povo brasileiro – mas essa *inclusão* se deu com o expresso objetivo da *exclusão*. Tomando emprestado os termos de Jean Copans, poder-se-ia afirmar que a leitura do índio pelos historiadores da época apresentava o duplo aspecto da *inclusão científica* e da *exclusão ideológica*¹⁶. Esse viés de duplicidade tomou corpo quando os autores *incluiram* o indígena com o objetivo de *excluí-lo* dos quadros da história da civilização. Os esforços de Theodoro Braga e de Ignacio Baptista de Moura, o mentor dos festejos do tricentenário da fundação de Belém, representaram os trabalhos mais conclusivos sobre o papel do “selvagem” diante da “civilização nacional”. Importante notar que no ano em que se comemorava o centenário da chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1908, juntamente com a *Exposição Nacional do Rio de Janeiro*, o pintor Theodoro Braga exibia sua obra-prima no Theatro da Paz: a grande tela histórica que narrava a fundação da cidade de Belém pelos portugueses em 1616 (Figueiredo, 2004, pp.22-26). A data foi exemplar, pois também marcou a presença do engenheiro e historiador Ignacio Moura divulgando seu estudo *Sur le Progrès de l'Amazonie et en plus ses Indiens*, no célebre Congresso Internacional dos Americanistas de 1908, em Viena – com uma explicação análoga e de fundo semelhante àquela visualizada no quadro de seu colega (Figueiredo & Moraes, 2007, pp.69-73).

¹⁵ Sobre a obra historiográfica de Arthur Vianna, ver SARGES, 2002, pp.97-108, e BEZERRA NETO, 2007, pp.225-292.

¹⁶ Referência ao duplo aspecto do “discurso antropológico” na época clássica, quando os gregos chamavam de “bárbaros” a todos os “não-gregos”, os “outros” ideologicamente excluídos do “centro da civilização”. No entanto era preciso estudar esses povos e descrevê-los em seu estado de barbárie. A essa ambigüidade Copans chamou de inclusão científica e exclusão ideológica. Cf. COPANS, 1988, pp.11-41.

As publicações didáticas de Theodoro Braga frutificaram assim de um longo percurso que entrecruzou os domínios da pintura, da escrita e do ensino da história. A inspiração no nacionalismo franco-prussiano de Lavisse, cotejado com incursões em autores locais, garantiu a amplitude e o aprofundamento do intelectual nessa nova descoberta da Amazônia. A variedade das obras produzidas depois de 1908 dá sentido a essa nova perspectiva abraçada, redefinindo suas diferenças com o passado, e colocando suas interpretações em diálogo com o que estava ocorrendo aqui e alhures. Suas teses para o

ensino de história, publicadas em 1915, já tinham grande repercussão, como já era de se esperar quando sai do prelo, em 1916, um outro livro, desta vez um *Guia do Estado do Pará*, ilustrado com desenhos, mapas e fotografias, revisitando os antigos estudos corográficos, tão comuns no século XIX (Braga, 1916). Esses trabalhos foram postos à prova de fato no ano seguinte, quando o pintor esteve à frente do Instituto Lauro Sodré, uma escola de formação profissional que, em Belém, rivalizava com o Ginásio Paes de Carvalho (antigo Liceu Paraense) e com a Escola Normal (versão local do Ginásio Nacional) (Braga, 1917). Nesse contexto e nos anos subseqüentes, o grupo de Theodoro Braga e outros círculos de intelectuais da cidade marcarão definitivamente essa perspectiva pensada, por eles mesmos, como “nova” ou “moderna” no campo das letras e das artes amazônicas. Mas, se o universo desse modernismo é amplo demais para o escopo de uma tese, é possível mesmo assim visualizar alguns percursos desses intelectuais. Essa é a razão da escolha que faço aqui pelos domínios da história, certamente um dos mais explícitos na postura intelectual dessa geração.

3. THEODORO BRAGA E A MEMÓRIA MODERNISTA SOBRE OS TEMPOS DE D. JOÃO VI

Na publicação de 1931, a memória da vinda da Família Real portuguesa para o Brasil destoa do cânone historiográfico romântico de Varnhagem. A Independência do Brasil como resultado da elevação do Brasil a Reino Unido não é mais um mito de origem da moderna nacionalidade. A história do “descobrimento” do Brasil, assim como a narrativa sobre os “primitivos habitantes da terra” ganharam lugar destacado na interpretação de Theodoro Braga. Somente no capítulo 13, “No Brasil Reino”, a história da monarquia bragantina em terras brasileiras começa a ganhar destaque: “com a invasão dos franceses em Portugal o Príncipe Regente D. João VI viu-se na contingência de abandonar o Reino, refugiando-se, com toda a família e corte, em terras do Brasil” (Braga, 1931, p.101). Essa perspectiva se alinhava ao trabalho já clássico, publicado em 1908, por Oliveira Lima sobre a figura de D. João VI no Brasil, no qual as contendas diplomáticas e a política internacional joanina são vistas como símbolo de defesa de uma futura pátria que estava para nascer (Lima, 1908). Por isso mesmo, o passo seguinte era explicar o revide português com a declaração de guerra a Napoleão Bonaparte, com uma exposição detalhada da invasão da Guiana Francesa por tropas paraenses, de modo a enfatizar o espírito nativista do homem amazônico.

“Chegada a notícia de tudo que acontecera entre as duas nações, apressou-se o governador e capitão general do Pará, D. José Narciso de Magalhães e Menezes, em 1 de outubro, sem perda de tempo, em organizar um corpo de 600 homens da capitania do Pará, sabendo ler e escrever, com uniformes confeccionados pela família paraense, formando assim um contingente composto da companhia de granadeiros e caçadores dos três regimentos de Linha e de uma bateria de 4 peças n.6 e 21 obuses

n.8. *Para isso conseguir, lançou ele uma proclamação ao povo, exortando a repelir a afronta feita, declarando ocupar a margem esquerda do rio Oyapoc, como primeira manifestação de hostilidade*¹⁷.

17 BRAGA, 1931, p.101-2. Optamos por atualizar a ortografia nas citações para facilitar a leitura. Para uma leitura do contexto diplomático da invasão de Caiena, vide MEDEYROS, 1956; GOYCOCHÊA, 1963. Uma leitura recente desse confronto por um autor com grande interesse na história da Amazônia está em SOUBLIN, 2003.

Theodoro Braga destaca o envolvimento popular paraense nas subscrições públicas para conseguir a soma de 18:879\$000 para compor as expedições que partiriam em direção a Caiena. O resultado da luta dos “denodados paraenses”, partidos de Ilha de Marajó em 8 de outubro de 1809, foi a tomada da possessão francesa em 14 de janeiro do mesmo ano, com a rendição do comandante francês Victor Hugues (1761-1826) após ter assinado a capitulação da praça. Caiena era afinal “tomada em nome de Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal, Brasil e Algarves”. Segundo o autor, toda essa luta do povo paraense não impediu que os problemas da diplomacia portuguesa colocassem tudo a perder diante da “argúcia” de Charles Maurice de Talleyrand (1754-1838), mentor do tratado de 1817 que restituiu a Guiana à França (Braga, 1931, p.102)¹⁸.

18 Sobre a trajetória anterior de Victor Hugues, vide DUBOIS, 1999, pp.363-392. Sobre o governo de Hugues em Caiena, ver BENOIST & GERBEAU, 1993, pp.13-36, e SOUBLIN, op.cit., pp.28-37. Sobre Tayllerand, há uma vastíssima fortuna bibliográfica, na qual destaco: PONIATOWSKI, 1995; DWYER, 1996; WARESQUIEL, 2005.

O capítulo seguinte, dedicado às “Tentativas de Independência Política” destaca o ensejo de liberdade e “desejos de melhores dias” para a vida do povo brasileiro. Theodoro Braga ressalta o papel do Pará na divulgação das primeiras notícias da revolução constitucionalista do Porto em 1820.

“Foi o Pará a primeira parte do Brasil onde tal fato se teve conhecimento, pela galera Nova Amazonas a 10 de dezembro de 1820. Nessa galera veio de Lisboa o ardoroso paraense Felippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, pensando fazer a sua terra natal aderir à revolução triunfante” (Braga, 1931, p.103).

“E tanto trabalhou”, diz Theodoro Braga, que Patroni conseguiu a deposição da junta que governava o Pará, aclamando uma outra, sob a presidência do respeitado bispo D. Romualdo de Souza Coelho. Patroni seguiu então para Lisboa, acompanhado de Domingos Simões, tomando consciência “de que as liberdades tão ambicionadas por ele para a sua terra não eram mais que um sonho”. O Pará permanecia como sempre fora até então – “uma simples e desprotegida colônia”. Diante do monarca, o jovem paraense se exalta numa interpelação nunca vista diante do poder absoluto, com uma explícita ameaça separatista:

“Os povos não são bestas que sofrem em silêncio todo o peso que se lhes impõe. O Brasil quer estar ligado a Portugal; mas se o ministério do Reino Unido, pela frouxidão, contribuir para a consis-

tência e duração da antiga tirania, o Brasil em pouco tempo proclamará a sua independência”
(*ibid.*, p.104).

Coagido a abandonar o Paço em Lisboa, Patroni se tornaria acérrimo defensor e propagandista da independência. Em 1822, traria uma imprensa ao Pará e faria circular *O Paraense*, “apregoando ostensivamente a independência brasileira”. A geração política de Felipe Patroni e de seu sucessor no comando do jornal, o cônego João Baptista Gonçalves Campos, ficaria marcada, a partir da interpretação de Theodoro Braga e de outros historiadores de seu círculo, como mentora do ideário político da Cabanagem, em 1835, com seus anseios de liberdade¹⁹. Até que isso acontecesse seriam duras as lutas de independência no Grão-Pará, e marcariam com sangue nativo toda essa história de criação de uma nova identidade brasileira. Com livros, como os de Theodoro Braga, assim como com festas cívicas, as efemérides pátrias, o culto aos heróis da nação, por mais conservadores que possam parecer à primeira vista, tornaram-se o epicentro dos debates desses modernistas na década de 1920. Independência e emancipação foram termos recorrentes durante os festejos de 1922 e 1923, quando o escritor já vivia em São Paulo. Porém, apesar de utilizados na maior parte das situações como sinônimos, essas definições acabaram manipulando um amplo campo simbólico historicamente datado.

¹⁹ Para uma leitura mais detalhada dessa historiografia, ver RICCI, 2001, pp.241-271.

A independência do país também foi a da literatura e da historiografia moderna. Autores nacionais, Oliveira Lima, Pedro Calmon, Alfredo Taunay, Theodoro Braga, e toda essa geração, dedicaram-se ao reencontro com o passado nacional²⁰. Transformaram a questão da identidade brasileira em elemento fundador da nacionalidade nascente, na qual a história, mais do que qualquer outro campo, acabou fixando o rumo das interpretações sobre a nova face do país. Com obras e coleções didáticas destinadas à formação da juventude brasileira, esses intelectuais procuraram “modernizar” o passado, trazendo-o ao “presente”, como uma relíquia que deveria ser vivificada pela escrita escolar, com a solidificação de roteiros interpretativos do passado da pátria. Não bastava descobrir, identificar e retratar a história do Brasil dos velhos tempos, era necessário tornar esse passado acessível a todo cidadão, como uma preciosa raridade que anualmente deveria ser admirada, como um norte para o presente da nação. O esforço político dessa geração estava longe de representar, no entanto, uma única interpretação sobre os destinos da sociedade brasileira. Nunca houve consenso, se é que isto fosse possível. A questão é que a idéia da ligação colonialista entre a metrópole portuguesa, a vinda da Família Real para o Brasil e a emancipação política, tudo tão analisado nos jornais da época, fez emergirem as diferenças e tensões que pareciam latentes em épocas anteriores. A não ser que novas pesquisas provem o contrário.

²⁰ Ver, por exemplo: RODRIGUES, 1958, pp.389-393; TAVARES, 2003.

Bibliografia

- BALDENSBERGER, Fernand. *Goethe en France: étude de littérature comparée*. Paris: Hachette, 1904.
- BARRETO, Paes. Repovoamento da Amazônia. *O Jornal*. Belém, 29 de novembro de 1908.
- _____. Visões da história. *O Jornal*. Belém, 9 de novembro de 1909.
- BENOIST, Jean & GERBEAU, Hubert. Victor Hugues, les Neutres et la Révolution française aux Antilles. *Caribena: Cahiers d'études américanistes de la Caraïbe*, n.3, 1993.
- BERGEN, Barry. Primary Education in Third Republic France: Recent French Works. *History of Education Quarterly*, v.26, n.2, 1986.
- BEZERRA NETO, José Maia. Arthur nas forjas da história: a contribuição de Arthur Vianna para a historiografia paraense. In: FONTES, E. J. & BEZERRA NETO, J. M. (org.). *Diálogos entre história, literatura & memória*. Belém: Paka-Tatu, 2007.
- BRAGA, Theodoro. *Apostillas de historia do Pará*. Belém: Imprensa Oficial, 1915.
- _____. *Guia do Estado do Pará*. Belém: Typ. do Instituto Lauro Sodré, 1916.
- _____. *Dez meses de direção do Instituto Lauro Sodré*. Belém: Typ. Gillet, 1917.
- _____. *Noções de chorographia do Estado do Pará*. Belém: Empresa Graphica Amazonia, 1919.
- _____. História do Pará. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. v.3, n.3, 1920, pp.293-298.
- _____. *História do Pará: resumo didático*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.
- CHEVALLIER, Pierre. *La séparation de l'Eglise et de l'école: Jules Ferry et Léon XIII*. Paris: Fayard, 1981.
- COPANS, Jean. Da etnologia à antropologia. In: COPANS, J. et al. *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: Edições 70, 1988, pp.11-41.
- DARCOS, Xavier. *L'école de Jules Ferry: 1880-1905*. Paris: Hachette, 2005.
- DUBOIS, Laurent. The Price of Liberty: Victor Hugues and the Administration of Freedom in Guadeloupe, 1794-1798. *William and Mary Quarterly*. v.56, 1999.
- DWYER, Philip. *Charles-Maurice de Talleyrand, 1754-1838: a bibliography*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1996.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Theodoro Braga e a história da arte na Amazônia. In: *A fundação da Cidade de Belém*. Belém: Prefeitura Municipal de Belém; Fumbel, Rio de Janeiro: 2004, pp.31-87.
- _____. A fundação da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará, de Theodoro Braga. *Nossa História*. v.1, n.12, 2004.
- _____. Panteão da história, oratório da nação: o simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios da Amazônia. In: NEVES, F.A. de F. & LIMA, M.R.P. (org.). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, pp.545-570.
- _____. Negro em terra de índio: matrizes intelectuais das teorias racistas na Amazônia do século XIX. In: CAMPOS, Cleise; LEMOS, Guilherme & CALABRE, Lia (org.). *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sirius/ UERJ, 2007, pp.131-145.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de & MORAES, Tarcísio Cardoso. Ignacio Baptista de Moura, polígrafo, 1857-1929. *Revista Estudos Amazônicos*, v. 2, 2007.
- FROESCHLÉ, Michel. *L'école au village: les petites écoles de l'Ancien Régime à Jules Ferry*. Nice: Serre, 2007.
- GERSHMAN, Sally. *Ernest Lavisse and the uses of nationalism*. Ph.D. Diss. University of Missouri, 1978.
- GLÉNISSEON, Jean. Ernest Lavisse, 1842-1922. In: BURGUIÈRE, André (org.) *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- GOYCOCHÊA, Castilhos. *A diplomacia de Dom João VI em Caiena*. Rio de Janeiro: Edições G. T. L., 1963.
- GREFE, Maxine. "Apollo in the wilderness": an analysis of critical reception of Goethe in America, 1806-1840. New York: Garland, 1988.
- GURSDORF, Georges. Lenda e história. In: *As revoluções da França e da América: a violência e a sabedoria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- HAUHART, William Frederic. *The reception of Goethe's Faust in England in the first half of*

the nineteenth century. New York: Columbia University Press, 1909.

HORVATH-PETERSON, Sandra. *Victor Duruy and French education: liberal reform in the Second Empire*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1984.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Nova Fronteira/ UFMG, 2000.

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo [IHGSP], Coleção Theodoro Braga [CTB], Anotações: “Referências – Ernest Lavissee”, pacote 13, maço 4.

IHGSP, CTB, Anotações: “Instrução Publica – livros didáticos”, caixa 9, pacote 35.

KOORTBOJIAN, Michael. Mimesis or Phantasia? Two Representational Modes in Roman Commemorative Art. *Classical Antiquity*. v.24, n.2, 2005.

LAVISSE, Ernest. *La marche de Brandebourg sous la dynastie ascanienne*. Paris: Hachette, 1875.

_____. *Essais sur l'Allemagne impériale*. Paris: Hachette et Cie, 1888-a.

_____. *Trois empereurs d'Allemagne, Guillaume I^{er} – Frédéric III – Guillaume II*. Paris: A. Colin, 1888-b.

_____. *L'année préparatoire d'histoire de France avec récits à l'usage des commençants*. Ouvrage contenant ... des résumés, des questionnaires et un lexique. Paris: A. Colin, 1890.

_____. *Études et étudiants*. Paris: A. Colin, 1890.

_____. *Études sur l'histoire de Prusse; ouvrage couronné par l'Académie française*. Paris: Hachette, 1890.

_____. *La jeunesse du grand Frédéric*. Paris: Hachette, 1891.

_____. *Le Grand Frédéric avant l'avènement*. Paris: Hachette, 1893.

_____. *À propos de nos écoles*. Paris: A. Colin, 1895.

_____. *Études sur l'histoire de Prusse; ouvrage couronné par l'Académie française*. Paris: Hachette, 1896.

_____. *La première année d'histoire de France*. 63^a ed. Paris: A. Colin, 1902.

_____. *Histoire de France illustrée depuis les origines jusqu'à la révolution*. Paris: Hachette, 1900-1911, 17 vol.

_____. *Histoire de France: cours élémentaire*. Paris: A. Colin, 1914.

LAVISSE, Ernest & RAMBAUD, Alfred. *Histoire générale du IV^e siècle à nos jours*. Paris: A. Colin, 1893-1905, 12 vol.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil: 1808-1821*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1908.

MCMILLAN, James. Politics and Religion in Modern France. *The Historical Journal*, v.25, n.4, 1982.

MEDEYROS, J. Paulo de. *A diplomacia de D. João VI na América e na Europa*. Porto: Lello, 1956.

MOREIRA, Eidorfe. Obras escolares paraenses de história. *Revista de Cultura do Pará*. v.7, n.26-27. Belém, 1977.

_____. O livro didático paraense: breve notícia histórica. In: *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1989 [1979], v.6.

NORA, Pierre. Ernest Lavissee: son rôle dans la formation du sentiment national. *Revue Historique*. v.228, Paris, 1962.

NUNES, Benedito. *Oswald Canibal*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. *Historiografia literária do Brasil*. In: *Crivo de papel*. São Paulo: Ática, 1998.

OZOUF, Mona. *Jules Ferry*. Paris: Bayard/Bibliothèque Nationale de France, 2005.

Revista do Ensino. v.1, n.2. Belém, 1911.

PATRIAM, Pietas Erga. 'L'Histoire de France' de Lavissee. In: NORA, Pierre (dir.), *Les lieux de mémoire*. 4^a ed. Paris: Gallimard, 1997, v.1.

PONIATOWSKI, Michel. *Talleyrand: les années occultées (1789-1792)*. Paris: Perrin, 1995.

RICCI, Magda. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. *Anais do Arquivo Público do Pará*. v.4, 2001, pp.241-271.

ROBERTSON, John George. *Goethe and the twentieth century*. Cambridge/New York: Cambridge University Press/ G.P. Putnam's Sons, 1912.

RODRIGUES, Jose Honório. Afonso d'Escragnoille Taunay, 1876-1958. *The Hispanic American Historical Review*, v.38, n.3, 1958.

SAHLINS, Marshall. *Islands of history*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

SARGES, Maria de Nazaré. Fincando uma tradição colonial na República: Arthur Vianna e Antonio Lemos. In: BEZERRA NETO, J. M. & GUZMÁN, D. (org.). *Terra matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SERRA, Pedro (org.). *Modernismo & primitivismo*. Lisboa: CLP/FLUC, 2006.

SIMON, André. *Vercingétorix et l'idéologie française*. Paris: Imago/PUF, 1989.

_____. *Vercingétorix, héros républicain*. Paris: Ramsay, 1996.

SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809: la conquête de la Guyane par les Portugais du Brasil*. Paris: Karthala, 2003.

_____. Le gouvernement de Victor Hugues en Guyane. In: SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809: la conquête de la Guyane par les Portugais du Brasil*. Paris: Karthala, 2003.

TAVARES, Marcelo dos Reis. *Oliveira Lima e a fundação da nacionalidade brasileira por Dom João VI*. Franca: UNESP, 2003.

WARESQUIEL, Emmanuel de. *Talleyrand, ou, Le miroir trompeur*. Autun: Musée Rolin; Paris: Somogy, 2005.

WINTERER, Caroline. *The Culture of Classicism: Ancient Greece and Rome in American Intellectual Life 1780-1910*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2002.

_____. *The Mirror of Antiquity. American Women and the Classical Tradition, 1750-1900*. Ithaca: Cornell University Press, 2007.

RESUMO

o artigo analisa a construção narrativa da historiografia modernista a respeito da época em que o Brasil esteve envolvido nas guerras napoleônicas, especialmente entre 1808 e 1815, e a época em que o país foi elevado à categoria de Reino Unido, entre 1815 e 1822. Para isso, analiso a obra do historiador Theodoro Braga (1872-1953) e a comparo com outras leituras da época.

Palavras-chave: **modernismo, narrativa, Brasil-Reino, Theodoro Braga, guerras napoleônicas.**

ABSTRACT

the article analyses the narrative construction of modernist historiography concerning the period when Brazil (as a Portuguese colony) was involved in the Napoleonic Wars, especially between 1808 and 1815, as well as when the country was raised to the category of United Kingdom of Portugal, between 1815 and 1822. For that, it analyses the historical works of Brazilian intellectual Theodoro Braga (1872-1953), comparing his perspectives with alternative contemporary opinions.

Key-words: **Modernism; narrative; United Kingdom of Portugal; Theodoro Braga; Napoleonic Wars**